

Pressões até à última hora

178
No começo da noite de sexta-feira, a sala do senador Mauro Benevides, na presidência do Senado, oferecia uma demonstração ao vivo da pressão que sofria no momento em que tentava chegar ao final do semestre com a pauta de votações do Congresso em dia, antes que os congressistas mergulhassem nas férias de julho.

No sistema interno de som, Benevides acompanhava apreensivo a longa sessão da Câmara, que atrasava a reunião em seguida do Congresso em conjunto. "Faça a sessão do Congresso no Petrônio Portella", entrou na sala, observou a situação e sugeriu o senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ) que Benevides levasse o Congresso para um auditório.

O trabalho no auditório poderia resolver a questão criada pela ocupação do plenário da Câmara, palco também das reuniões do Congresso, mas, transgrediria uma norma: nem o Senado, nem a Câmara podem realizar sessões no momento em que se reúne o Congresso. "E daí?", desafava Carneiro, antecessor de Benevides na presidência.

Mas a preocupação maior de Nélson Carneiro, naquele momento, era outra: acabava de chegar da Câmara, para votação

pelo Senado antes do recesso, o projeto sobre custeio e benefícios da Previdência. "Eles ficaram oito meses lá na Câmara com o projeto e agora querem que resolvamos a questão em dois dias?", protestava o senador.

Solidário com o colega, Benevides, que teria a missão de conduzir a decisão do Senado praticamente em questão de horas, lembrou a Carneiro que aquele não era o único problema diante deles:

— E a lei eleitoral? É a mesma coisa. Aprovaram 40 emendas ao projeto e agora é preciso que decidamos sobre cada um, antes do recesso.

É antiga a tendência da Câmara de consumir meses na gestão de projetos para depois jogá-los sobre o Senado horas antes de cada recesso parlamentar. Por isso, Benevides questionava-se, preocupado também com a sessão que se estendia na Câmara e prejudicava o Congresso. "Como fazer valer os nossos direitos condomoniais?", referia-se à convivência em comum de senadores e deputados.

Enquanto Benevides filosofava, despencava sobre a sua mesa um petardo despejado por um contínuo, modesto funcionário do governo do Ceará em Brasília. Era um pedido do governador Ciro Gomes para que os senadores aprovassem um empréstimo alemão de 3,5 bilhões de marcos para o Ceará — algo em torno de Cr\$ 6,3 bilhões.

Notava o senador que a men-

sagem do governador tinha a data de 25 último, mas levou três dias para chegar ao Senado, que estava a dois dias do recesso depois de votar todas as autorizações de empréstimo pendentes. "E agora?", estava perplexo o presidente do Senado, cearense como o pedido de empréstimo e a administração do governador, nascido em São Paulo.

"Se eu não coloco o empréstimo em votação, vão dizer que eu quis prejudicar os interesses do Ceará", indignava-se. Como Benevides é do PMDB e o Gomés pertence ao PSDB, poderia haver no Ceará uma exploração política sob a suspeita de que o senador poderia prejudicar o governador para hostilizar um adversário.

A procura de responsáveis, Benevides interpelou a secretaria que trouxe-lhe em mãos o pedido de Gomés. "Quem trouxe?", questionou. "Um contínuo", respondeu a secretaria. "Uma questão tão urgente e importante merecia que alguém a trouxesse de Fortaleza por avião, em mãos", sugeriu Benevides que o governo cearense ou não deu valor ao empréstimo ou queria provocar o senador.

Acionou o governador Ciro Gomes, em pessoa, pelo telefone interurbano. Demonstrou-lhe que o pedido de empréstimo, além de demorar três dias no trânsito entre Fortaleza e Brasília, chegou ao Senado em cima da hora, quando não havia mais como votá-lo antes de agosto. "Pode ficar para agosto", tranquilizou-o Ciro Gomes.